



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# Direito e Sociedade

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**

(Organizador)

# Direito e Sociedade

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D598	Direito e sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Direito e Sociedade; v. 1)  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-442-9 DOI 10.22533/at.ed.429190507  1. Sociologia jurídica. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Série.  CDD 340.115
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra **Direito e Sociedade – Vol. 01** – corresponde a uma coletânea que reúne vinte e cinco capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade e que, direta ou indiretamente, encontram ecoar no contexto jurídico. A atualidade pede a cada um de nós uma maior atenção para os atos individuais e coletivos, privados e públicos, de modo a sempre voltar atenções para a coletividade, esta que permanece a ter o seu bom desenvolvimento minorado pelos anseios essencialmente marcados pela primazia do particular em detrimento do geral. Deste modo, e tomadas por essa premissa de ações sociais que encontram diálogo com o meio jurídico, aqui estão selecionadas contribuições que, se assim podemos delimitar, englobam temáticas de direitos fundamentais – personalidade, moradia, saúde, trabalho e outros –, extensão e educação.

Partindo para os capítulos, temos:

- **DIREITO E LITERATURA: APONTAMENTOS ACERCA DA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA**, de Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, propõe um estudo a respeito da permissibilidade ou não da publicação de biografias não autorizadas a partir de um enfoque marcado na interdisciplinaridade, o que possibilita um diálogo entre os estudos jurídicos e os estudos literários.
- **A INCIDÊNCIA DOS DIREITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS**, de Daniela Lavina Carniato, discute a eficácia dos direitos humanos na seara privada e a influência da principiologia presente no constitucionalismo como maneira de estabelecer um novo olhar nas relações entre particulares.
- O direito a construir uma nova vida social sem o peso do contínuo rememorar sempre condenatório da culpa do passado está presente em **DIREITO AO ESQUECIMENTO: A DIGNIDADE DOS “EX- PRESIDÁRIOS” E SUAS FAMÍLIAS**, de Luciano Lavor Terto Júnior, que, ao evocar a dignidade da pessoa humana, apresenta o direito ao esquecimento como sendo este a ferramenta capaz de dar uma nova oportunidade de retomada de uma vida social para aquele que outrora errou e pagou pela sua conduta reprovável.
- **A INTERNET DAS COISAS NA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DE UMA SOCIEDADE UBÍQUA**, de Alberto Mateus Sábato e Sousa, aborda a necessidade de proteger os direitos fundamentais diante das problemáticas trazidas pela modernização, esta marcada com a evolução da informatização e com o desenvolvimento da Internet das Coisas.
- Marcado no crescimento desordenado dos espaços urbanos está **A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O DIREITO À CIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO ESTRATÉGICO DE BOA VISTA**, de Bruna Rodrigues de Oliveira,

Rodrigo Ávila e Sued Trajano, que, ao destinar atenção para a realidade de Boa Vista, acaba por abranger uma problemática em que orbita a maioria dos municípios brasileiros.

- Outro embaraço que permeia a realidade de nossas cidades e que corresponde responsabilidade do poder público em zelar diz respeito à moradia, esta lacuna é dialogada em **EFETIVIDADE DO DIREITO À MORADIA NA COMUNIDADE DE AREIA**, de Daniela Campos Libório e Mariana Vilela Corvello, ao passo que indica como direito humano não apenas ter um espaço físico para residir, mas sobretudo ter qualidade e dignidade para desenvolver as suas habilidades enquanto sujeito de direitos.
- **DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA POTÁVEL**, de Juliana Caixeta de Oliveira, frisa o acesso à água como um direito humano do indivíduo, sendo uma temática que versa não somente sobre escassez de abastecimento, mas que atinge também aos casos de enchentes e alagamentos.
- **AS AFIRMATIVAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DE UMA LEITURA INTERPRETATIVA CONSTITUCIONAL DA LEI 12.711/2012**, de Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra, Rômulo Soares Cattani, Maria Paula da Rosa Ferreira, Thomaz Delgado de David e João Antônio de Menezes Perobelli, envolve considerações sobre a democratização do ensino promovido por meio do aparato constitucional contemporâneo, além de prestar atenção na importância das políticas de ações afirmativas para esse regular desenvolvimento, posto que essas aludidas ações permitem a inclusão de sujeitos que antes restavam marginalizados ao processo.
- Rememorando a obra de destaque de Orwell e estabelecendo um paralelo com depoimentos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, **ENTRE O FATO E A FANTASIA: A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA E A OBRA 1984, DESFAZENDO A ILUSÃO POR TRÁS DOS REGIMES DITATORIAIS**, de Giulia Alves Fardim e Rafael Carrano Lelis, retrata, por meio do diálogo entre direito e literatura, o desrespeito aos direitos humanos por ações de instituições estatais que, mediante o seu ofício primeiro, deveriam promover e incentivar o cumprimento das legislações nacionais e internacionais no tocante ao tema.
- Uma parcela de militares nacionais foi decisiva para a não participação brasileira na Guerra da Coreia, esse é o debate trazido por **MILITARES EM REVOLTA: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA GUERRA DA COREIA (1950-1953)**, de Ricardo Santos da Silva, que trata de violações de direitos humanos que foram disparadas contra estes militares pelo fato de serem alinhados com a esquerda.
- Alcançando a temática da saúde, **MENDIGANDO SALUD: PROBLEMÁTICA**

**CA DE ATENCIÓN EN SALUD – PERSONAS PRIVADAS DE LA LIBERTAD**, de Elsa Carolina Giraldo Orejuela, expõe, fundado na realidade colombiana, como é a relação entre atenção à saúde e a situação de pessoas que cumprem pena em regime de privação de liberdade.

- Também contemplando saúde e realidade prisional, mas agora alicerçado do prisma brasileiro, temos **DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL À SAÚDE NOS PRESÍDIOS FEDERAIS BRASILEIROS E A TEORIA DA TRANS-NORMATIVIDADE**, de Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira, que analisa a condicionante de isolamento prolongado e rigoroso, próprio dos presídios federais, para a saúde mental dos detentos.
- **A PÍLULA DO MILAGRE: O CASO DA FOSFOETALONAMINA SINTÉTICA**, de Rodrigo Cerqueira de Miranda, alude, com base na fosfoetilonamina sintética, de substâncias que, mesmo sem registro científico, restam utilizadas e pleiteadas judicialmente por indivíduos que acreditam na eficácia desses preparos.
- Saúde e ocupação laboral encontram espaço em **RESPONSABILIDADE CIVIL DIANTE DOS IMPACTOS CAUSADOS POR EXPOSIÇÃO AOS AGROTÓXICOS À SAÚDE HUMANA**, de Susan Costa, Manoel Baltasar Baptista da Costa e Hildebrando Herrmann, que enfoca a exposição aos agrotóxicos como fator extremamente perigoso e fomentador de riscos ocupacionais para aqueles que trabalham na atividade agrícola.
- Em **CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO ESCRAVO: UMA ANÁLISE DO SEU COMPORTAMENTO NO ESTADO DE GOIÁS**, de Cláudia Glênia Silva de Freitas e Jackeline Maciel dos Santos, há o cuidado de pautar o trabalho escravo baseado nas atuais compreensões sobre o tema, bem como observando a realidade do Estado de Goiás, o sétimo estado brasileiro no ranking de trabalhadores encontrados em situação semelhante à escravidão.
- Gilberto Freyre é recordado em **“A SENZALA MODERNA É O QUARTINHO DA EMPREGADA”**: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE VIDA DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL quando Camila Rodrigues da Silva e Thiago Henrique de Almeida Bispo examinam os abusos e experiências vivenciadas relatadas por empregadas domésticas na comunidade “Eu, Empregada Doméstica” hospedada na rede social Facebook.
- **REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA E OS PREJUÍZOS DA FLEXIBILIZAÇÃO/PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS: ANÁLISE DA VALORIZAÇÃO DOS ACORDOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO**, de Marcelo Gomes Batestrin e Jales Ferreira das Neves, salienta para a violência neoliberal que a legislação trabalhista enfrenta nos últimos anos no território nacional e a consequente supressão de direitos sociais anteriormente conquistados.

- (Re)construção das unidades familiares após o enfrentamento no Poder Judiciário corresponde ao fator principal da abordagem trazida em **O PROJETO DE EXTENSÃO “FALANDO EM FAMÍLIA” EM NÚMEROS: OS BENEFÍCIOS DO CONSENSO QUANDO OS LAÇOS MATRIMONIAIS SE ROMPEM**, de Dirce do Nascimento Pereira, Dheiziane da Silva Szkut, Isadora de Souza Rocha, Mariana Vargas Fogaça e Zilda Mara Consalter, ao apresentar a composição dos conflitos como mecanismo mais eficaz para minimizar as tensões familiares e resguardar vulneráveis dos embates que ocorram.
- Oriundo das atividades de extensão que dialogaram sobre controle social democrático, Andressa Kolody, Dan Junior Alves Nolasco Belém e Emilie Faedo Della Giustina analisam, em **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SERVIÇO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO**, refletem criticamente os contributos dos projetos Controle social: estudos e vivências no município de Guarapuava e Democracia e controle social: perspectivas e vivências no município de Guarapuava-PR para a comunidade local.
- Ao ressaltar que o superendividamento corresponde a um dos incômodos da atualidade, Vanessa Trindade Nogueira, Alexandre Reis e Fernanda Pires Jaeger, em **CLÍNICA DE FINANÇAS: EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL DE CUIDADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SUPERENDIVIDAMENTO**, enfatizam o auxílio do mencionado projeto de extensão para reorganização financeira daqueles atendidos.
- **JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE NESTE PROCESSO**, de Flávia Maria Lourenço da Costa, Mayara Felix Sena Nunes e Wesley Werner da Silva Nunes, aponta a aplicação da metodologia da justiça restaurativa como adoção capaz de minimizar a ocorrência de comportamentos violentos em realidade escolar.
- A escola como ambiente potencializador do exercício de cidadania é explicado em **FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA, JUVENTUDES E GÊNERO: DO LEGAL AO REAL EM ESCOLAS PAULISTAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, de Matheus Estevão Ferreira da Silva e Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, com suporte na compreensão e proposta de igualdade de gênero.
- Em **EDUCAÇÃO E ESCOLA NA FILOSOFIA DE SÓCRATES A PARTIR DA REFLEXÃO CORPO E ALMA**, Aline Carla da Costa e Cláudio Roberto Brocanelli discorrem o pensamento corpo e alma dentro da realidade escolar.
- Em decorrência do elevado quantitativo de conteúdos que versam sobre direito e literatura no âmbito dos encontros do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), precisamente no grupo de trabalho Direito, Arte e Literatura, Pedro do Amaral Fernandez Ruiz e Iara Pereira

Ribeiro buscam o estabelecimento de uma sistematização de resultados e de produção desses estudos em **PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO E LITERATURA NO BRASIL**.

- Alcançando a relação direito e arte, marcada agora na música, temos, em **DIREITO E ARTE: A APRECIÇÃO MUSICAL COMO SUPORTE AO ENSINO JURÍDICO**, de Rui Carlos Dipp Júnior e Leilane Serratine Grubba, o aporte musical como estratégia e ferramenta didático-pedagógica para o ensino jurídico.

Dentro desse imenso arcabouço que une **Direito e Sociedade**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DIREITO E LITERATURA: APONTAMENTOS ACERCA DA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA	
<i>Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4291905071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
A INCIDÊNCIA DOS DIREITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS	
<i>Daniela Lavina Carniato</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4291905072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
DIREITO AO ESQUECIMENTO: A DIGNIDADE DOS “EX- PRESIDÁRIOS” E SUAS FAMÍLIAS	
<i>Luciano Lavor Terto Junior</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4291905073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>41</b>
A INTERNET DAS COISAS NA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DE UMA SOCIEDADE UBÍQUA	
<i>Alberto Mateus Sábatto e Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4291905074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O DIREITO À CIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO ESTRATÉGICO DE BOA VISTA	
<i>Bruna Rodrigues de Oliveira</i>	
<i>Rodrigo Ávila</i>	
<i>Sued Trajano</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4291905075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
EFETIVIDADE DO DIREITO À MORADIA NA COMUNIDADE PORTO DE AREIA	
<i>Daniela Campos Libório</i>	
<i>Mariana Vilela Corvello</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4291905076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA POTÁVEL	
<i>Juliana Caixeta de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4291905077</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>89</b>
AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DE UMA LEITURA INTERPRETATIVA CONSTITUCIONAL DA LEI 12.711/2012	
<i>Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra</i>	

*Rômulo Soares Cattani*  
*Maria Paula da Rosa Ferreira*  
*Thomaz Delgado de David*  
*João Antônio de Menezes Perobelli*

**DOI 10.22533/at.ed.4291905078**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

ENTRE O FATO E A FANTASIA: A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA E A OBRA *1984*, DESFAZENDO A ILUSÃO POR TRÁS DOS REGIMES DITATORIAIS

*Giulia Alves Fardim*  
*Rafael Carrano Lelis*

**DOI 10.22533/at.ed.4291905079**

**CAPÍTULO 10 ..... 113**

MILITARES EM REVOLTA: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA GUERRA DA COREIA (1950-1953)

*Ricardo Santos da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.42919050710**

**CAPÍTULO 11 ..... 123**

MENDIGANDO SALUD: PROBLEMÁTICA DE ATENCIÓN EN SALUD- PERSONAS PRIVADAS DE LA LIBERTAD

*Elsa Carolina Giraldo Orejuela*

**DOI 10.22533/at.ed.42919050711**

**CAPÍTULO 12 ..... 136**

DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL À SAÚDE NOS PRESÍDIOS FEDERAIS BRASILEIROS E A TEORIA DA TRANSNORMATIVIDADE

*Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira*

**DOI 10.22533/at.ed.42919050712**

**CAPÍTULO 13 ..... 150**

A PÍLULA DO MILAGRE: O CASO DA FOSFOETALONAMINA SINTÉTICA

*Rodrigo Cerqueira de Miranda*

**DOI 10.22533/at.ed.42919050713**

**CAPÍTULO 14 ..... 161**

RESPONSABILIDADE CIVIL DIANTE DOS IMPACTOS CAUSADOS POR EXPOSIÇÃO AOS AGROTÓXICOS À SAÚDE HUMANA

*Susan Costa*  
*Manoel Baltasar Baptista da Costa*  
*Hildebrando Herrmann*

**DOI 10.22533/at.ed.42919050714**

**CAPÍTULO 15 ..... 177**

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO ESCRAVO: UMA ANÁLISE DO SEU COMPORTAMENTO NO ESTADO DE GOIÁS

*Cláudia Glênia Silva de Freitas*

**CAPÍTULO 16 ..... 190**

“A SENZALA MODERNA É O QUARTINHO DA EMPREGADA”: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE VIDA DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL

*Camila Rodrigues da Silva*

*Thiago Henrique de Almeida Bispo*

DOI 10.22533/at.ed.42919050716

**CAPÍTULO 17 ..... 201**

REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA E OS PREJUÍZOS DA FLEXIBILIZAÇÃO/PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS: ANÁLISE DA VALORAÇÃO DOS ACORDOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO

*Marcelo Gomes Balestrin*

*Jales Ferreira das Neves*

DOI 10.22533/at.ed.42919050717

**CAPÍTULO 18 ..... 215**

O PROJETO DE EXTENSÃO “FALANDO EM FAMÍLIA” EM NÚMEROS: OS BENEFÍCIOS DO CONSENSO QUANDO OS LAÇOS MATRIMONIAIS SE ROMPEM

*Dirce do Nascimento Pereira*

*Dheiziane da Silva Szekut*

*Isadora de Souza Rocha*

*Mariana Vargas Fogaça*

*Zilda Mara Consalter*

DOI 10.22533/at.ed.42919050718

**CAPÍTULO 19 ..... 230**

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SERVIÇO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO

*Andressa Kolody*

*Dan Junior Alves Nolasco Belém*

*Emilie Faedo Della Giustina*

DOI 10.22533/at.ed.42919050719

**CAPÍTULO 20 ..... 241**

CLÍNICA DE FINANÇAS: EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL DE CUIDADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SUPERENDIVIDAMENTO

*Vanessa Trindade Nogueira*

*Alexandre Reis*

*Fernanda Pires Jaeger*

DOI 10.22533/at.ed.42919050720

**CAPÍTULO 21 ..... 248**

JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE NESTE PROCESSO

*Flávia Maria Lourenço da Costa*

*Mayara Felix Sena Nunes*

*Wesley Werner da Silva Nunes*

DOI 10.22533/at.ed.42919050721

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>256</b>
FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA, JUVENTUDES E GÊNERO: DO LEGAL AO REAL EM ESCOLAS PAULISTAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Matheus Estevão Ferreira da Silva</i>	
<i>Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42919050722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>268</b>
EDUCAÇÃO E ESCOLA NA FILOSOFIA DE SÓCRATES A PARTIR DA REFLEXÃO CORPO E ALMA	
<i>Aline Carla da Costa</i>	
<i>Cláudio Roberto Brocaneli</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42919050723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>280</b>
PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO E LITERATURA NO BRASIL	
<i>Pedro do Amaral Fernandez Ruiz</i>	
<i>Iara Pereira Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42919050724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>293</b>
DIREITO E ARTE: A APRECIÇÃO MUSICAL COMO SUPORTE AO ENSINO JURÍDICO	
<i>Rui Carlos Dipp Júnior</i>	
<i>Leilane Serratine Grubba</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42919050725</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>300</b>

## MILITARES EM REVOLTA: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA GUERRA DA COREIA (1950-1953)

**Ricardo Santos da Silva**

Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Marília-São Paulo.

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo investigar a mobilização política dos marinheiros de esquerda da Marinha de Guerra do Brasil, muitos deles pertencentes ao Antimil (Setor Militar do PCB), que atuaram no contexto da Guerra da Coreia (1950-1953), quando se debatia se o Brasil deveria participar do conflito asiático. Esta abordagem tem como ponto de partida o pós-guerra e o desencadeamento da Guerra Fria, momento em que este confronto ideológico e multifacetado politicamente ganha contornos de um conflito entre capitalismo x comunismo, e que na ocasião o mundo esteve próximo de uma guerra nuclear. No Brasil, o perigo comunista havia sido a justificativa do presidente Getúlio Vargas para instaurar a ditadura do Estado Novo; continuava sendo o mesmo na Guerra da Coreia em que se confrontavam militarmente o norte comunista e o sul capitalista. Por hipótese, avaliamos como decisiva a ação política desse grupo de marinheiros de esquerda tendo em vista impedir que o governo brasileiro enviasse uma força expedicionária para combater na Guerra da Coreia. Busca-se analisar as graves violações aos direitos humanos que foram infligidas aos

militares de esquerda como desdobramento de seu posicionamento político decisivo da não-participação das Forças Armadas na Guerra da Coreia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antimil. Esquerda Militar. Guerra da Coreia. Marinheiros.

### MILITARS IN REVOLTA: POLITICAL MOBILIZATION OF BRAZILIAN SEAMAN IN THE CONTEXT OF THE WAR OF KOREA (1950-1953)

**ABSTRACT:** The aim of this article is to investigate the political mobilization of the left-wing marines of the Brazilian Navy, many of them belonging to the Antimil (PCB Military Sector), who worked in the context of the Korean War (1950-1953) if Brazil should participate in the Asian conflict. This approach has as its starting point the postwar and the unleashing of the Cold War, when this ideological and multifaceted confrontation politically gains contours of a conflict between capitalism and communism, and that the world was close to a nuclear war at the time. In Brazil, the communist danger had been the justification of President Getúlio Vargas to establish the Estado Novo dictatorship; remained the same in the Korean War in which the communist north and the capitalist south were confronted militarily. By hypothesis, we evaluate as decisive the political

action of this group of leftist sailors in order to prevent the Brazilian government from sending an expeditionary force to fight in the Korean War. It seeks to analyze the serious human rights violations that have been inflicted on the left-wing military as an unfolding of their decisive political positioning of the non-participation of the Armed Forces in the Korean War.

**KEYWORDS:** Antimil. Military Left. Korean War. Sailors.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Guerra Fria, como é de conhecimento de muitos pesquisadores da área das Ciências Humanas e da Teoria Social, engloba diferentes atores, assim como são diversas as versões. O historiador Eric Hobsbawm trata da Guerra Fria em um dos capítulos de uma de suas obras, a saber, ‘Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)’<sup>1</sup> ao indicar que tal conflito envolveu os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e que teve início em 1947, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial<sup>1</sup>. Desse modo, pontua no contexto da Guerra Fria que uma das características das superpotências, vencedoras da Guerra Mundial, foi a escalada retórica do confronto, ocasião em que aceitaram a distribuição desigual de poder, o que equivalia a um equilíbrio desigual de poder, mas que não era contestado na sua essência. De acordo com o historiador, a URSS passou a controlar uma parte do globo onde exercia ascendência – nas áreas ocupadas pelo Exército Vermelho, tendo influência nas Forças Armadas comunistas após o fim da Guerra; e os EUA passaram a controlar e ter predominância sobre os demais países capitalistas, ou seja, o hemisfério norte, oceanos e “o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais”, além de não intervir na zona de hegemonia soviética (HOBBSAWM, 1995, p. 224).

Numa outra vertente da Teoria Social, desenvolvida pelo pesquisador brasileiro Paulo Vinentini, autor de diversos estudos e publicações, nos apresenta o litígio da Guerra da Coreia dentro do contexto da Guerra Fria. Nesse aspecto, ele aponta os EUA como o principal responsável pela grande escalada e proporção do conflito. Após se estabelecerem como um “exército de ocupação” nas áreas limítrofes do território coreano, os EUA tomaram para si a incumbência de desmantelar a guerrilha esquerdista antijaponesa dos coreanos, e ao estabelecer uma divisão com os soviéticos sobre a partilha do território, colocou no poder um dirigente de Estado de orientação pró-ocidental Syngman Ree – que viveu 37 de 60 anos na América (VIZENTINI, 2008, p. 205).

Deste modo, a Guerra da Coreia foi um conflito militar desencadeado na península coreana localizada no continente asiático que ocorreu entre os anos de 1950-1953 envolvendo de um lado, o norte, comunista e, por outro lado, o sul, capitalista,

<sup>1</sup> Hobsbawm (1995) assinala que a escalada da Guerra Fria em 1947 por parte dos EUA levou a URSS a mudar os planos de desmobilizar o seu efetivo militar.

situado no longo conflito ideológico e multifacetado conhecido como “Guerra Fria”. Neste aspecto, há considerável número de publicações e trabalhos acadêmicos<sup>2</sup> que abordam a Guerra da Coreia, obviamente, na maioria dos casos, se inclinam, para uma versão mais favorável aos norte-americanos e ao governante sul-coreano Syngman Ree, causando, assim, uma distorção dos fatos, o que leva, muitas vezes, um leitor mais atento a duvidar das posições teórico-metodológicas.

Vizentini (2008) faz um contraponto às versões correntes que abordam o conflito. Em sua visão, a Guerra da Coreia foi ocasionada pelas sucessivas provocações e atos deliberados do governante da Coreia do Sul, Syngman Ree. Ao lançar mão de uma crescente retórica agressiva e confrontadora, além de assassinatos seletivos de emissários do norte, Ree, passou a perturbar a fronteira dos dois países ao autorizar investidas militares no território norte-coreano delimitado pelo Paralelo 38, o que levou as forças do norte da península a reagir. Segundo ele, essa era a “oportunidade de ouro” que os norte-americanos precisavam para criar um fato para poderem interferir em outro Estado. O autor faz um paralelo com Pearl Harbor, para situar o que se “desenhava”. Com tais propósitos, foi desencadeada a Guerra da Coreia entre as forças do norte e do sul da península coreana.

O confronto atendia às pressões da direita norte-americana que passou a dominar o cenário político norte-americano com a eleição de uma numerosa bancada de parlamentares sob a orientação política do Grand Old Party (GOP), a saber, o Partido Republicano. Diante disso, as agressões partem de ambos os lados beligerantes, e os EUA acabaram usando sua influência para se legitimarem em foros internacionais como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, e em uma das oportunidades, os norte-americanos aproveitaram a ausência da URSS, em algumas de suas sessões, para aprovarem duas resoluções que lhes davam poder de força<sup>3</sup>, e ‘legalidade’ para intervir militarmente.

O conflito na península coreana chegou ao Brasil e alimentou o debate político interno em várias entidades como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Clube Militar e a Casa do Sargento do Brasil<sup>4</sup> além das tentativas da imprensa em pautar a discussão sobre a participação ou não do país na Guerra da Coreia. Uma das entidades mais importantes enquanto fórum veio a ser o Clube Militar. Antes, porém, para entendermos a questão seria preciso partir das eleições de 1950<sup>5</sup> na entidade, cujo

2 Como é o caso do livro *A guerra da Coreia: nem vencedores nem vencidos* da autoria de Stanley Sandler que foi publicado pela Editora Bibliex (Biblioteca do Exército) em 2009.

3 No dia 25 de junho de 1950, os norte-americanos conseguiram passar uma resolução no Conselho de Segurança das Nações Unidas que configurava a ação norte-coreana como agressão, e dois dias depois, no dia 27, uma nova resolução pedia que os países-membros da ONU usassem todos os meios possíveis para reverter a situação na península ao status quo anterior ao ataque norte-coreano. O governo norte-americano, assim, instrumentalizava a bandeira da referida organização visando combater o comunismo (ALVES, 2007, p. 135).

4 Maurício Gomes da Silva trata do debate entre os praças das Forças Armadas ao trabalhar o debate que se realizava na Casa dos Sargentos do Brasil. Para maiores detalhes consultar: Foices, Martelos e Fuzis: *A Militância Comunista na Casa do Sargento do Brasil (1949-1950)*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro Universitário Fundação Santo André.

5 Sodré (2010) afirma que antes das eleições no Clube Militar em 1950, já haviam discussões e

vencedor foi à chapa Estillac Leal-Horta Barbosa<sup>6</sup>, que se inclinava ideologicamente à esquerda. As discussões acaloradas entre as diferentes facções políticas atraíram a atenção dos formadores de opinião e do público em geral, e a questão acerca da Guerra da Coreia ganhou contornos políticos de amplo alcance com os artigos publicados em algumas edições da Revista do Clube Militar. Há o caso específico de um artigo publicado em julho de 1950, número 107, com o título “Considerações sobre a Guerra na Coreia” cujos questionamentos podiam ser notados no caráter ilegal da intervenção armada dos EUA (sem consulta prévia do Conselho de Segurança das Nações Unidas) que foi apontada nestes termos por Nelson Werneck Sodré:

Tal intervenção, um dos atos mais caracterizadores de brutalidade imperialista na sequência dos muitos da “guerra fria”, vinha servindo como motivo de pressão sobre os países americanos, no sentido de que enviassem tropas à Coreia. Claro que os Estados Unidos não necessitavam de reforço militar. Pretendiam usar o conflito para submeter à sua vontade os países de sua órbita em que surgiam resistências à ação imperialista. No nosso caso, uma das formas de pressão concretizou-se no alarma geral, compelindo-nos a malbaratar as divisas penosamente acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial pelas restrições à importação. (SODRÉ, 2010, p. 379)

O celeuma sobre a publicação do artigo em questão entre os militares foi grande, e gerou uma reação conservadora e de oposição à diretoria do Clube Militar. Ali se confrontaram de um lado, os assim chamados “nacionalistas”, à esquerda do espectro ideológico e contrários à participação brasileira na Guerra da Coreia, e; de outro, os “liberais” ou “conservadores” que eram favoráveis ao envio de soldados brasileiros ao conflito em questão. Estes últimos faziam parte ou eram simpatizantes da Cruzada Democrática<sup>7</sup>, facção alinhada aos interesses norte-americanos. Deste modo, os pleitos no Clube Militar se refletiram nos debates realizados na imprensa brasileira, onde se tomaram posições, muitas vezes extremas e apaixonadas sobre a participação do país no conflito asiático.

O confronto entre as agendas da oposição e da situação no Clube Militar seria alçado a outro patamar com a eleição e posse de Getúlio Vargas para a Presidência da República. Contudo, era bom lembrar, que houve uma repressão do governo Dutra contra membros e simpatizantes alinhados aos nacionalistas na referida associação, ocasião em se fizeram transferências de militares para lugares distantes. Quando Estillac Leal tomou posse como ministro da Guerra, o mesmo não teve força suficiente para cancelar ou impedir as mudanças realizadas no Gabinete anterior. Nelson Werneck Sodré assim relata que as posições do ministro da Guerra em 1951 já estavam se debates versando sobre pontos de interesse estratégico nacional como o problema do petróleo e das demais riquezas nacionais que eram alvos da cobiça internacional.

6 Alves (2007) aponta que com a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência da República em outubro de 1950, a escolha do ministro da Guerra acabou se inclinando para o presidente do Clube Militar – Estillac Leal – que venceria a chapa oposicionista de Cordeiro de Farias/Ribas Júnior.

7 Cunha (2014) explica que a Cruzada Democrática era um grupo militar de extrema-direita vinculado a UDN, organizado em 1952 com o objetivo de combater o setor nacionalista e de esquerda no Clube Militar.

enfraquecendo “na medida em que o dispositivo militar lhe permanecia estranho e em que o governo cedia às pressões internas e externas, recuando excessivamente” (SODRÉ, 2010, p, 387). Para ele, essa disputa entre à esquerda e à direita militar no Clube Militar seria mantida nos anos seguintes e, em 1952, já com a questão do envio de uma força expedicionária asiática resolvida com a decisão de não ir à guerra, a Cruzada Democrática, organizada em março de 1952, vence o pleito e impede à reeleição da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa<sup>8</sup>.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

O debate sobre a participação ou não dos brasileiros no teatro de guerra coreano também aconteceu nas associações de classe que reuniam praças como as que ocorriam principalmente na Casa dos Sargentos do Brasil. Os trabalhos do pesquisador Paulo Ribeiro da Cunha e de Maurício Gomes da Silva oferecem pistas sobre a atuação política dos subalternos e apresentam ao público um grupo de militares de esquerda e comunistas que atuavam nas principais corporações militares do Brasil e, mais especificamente, na Marinha de Guerra brasileira, que se reuniam em torno do Antimil, objeto de estudo do Projeto de Doutorado. Tal organização, segundo Cunha (2014) foi fundada em 1929 e pertencia ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e se “manteve praticamente imune às lutas internas que erodiam as demais esferas partidárias”. (CUNHA, 2014, p. 135).

Quanto à atuação do Antimil e grupos de militares de esquerda na Marinha de Guerra do Brasil, Maurício Gomes da Silva (2009, p. 105) também nos oferece importantes contribuições. Entre seus membros que atuavam junto aos marinheiros, haviam sargentos e oficiais; e as células do Antimil funcionavam nas corporações militares e reuniam até 8 pessoas e tinham a características de se manterem estanques, ou seja, eram células separadas que não se comunicavam umas com as outras. Consta que alguns militares atuaram na organização dos marinheiros nas embarcações da Marinha, e o setor era dividido em postos e graduações. Cunha (2002) assinala que a Marinha de Guerra chegou a contar com um número aproximado de 300 marinheiros e suboficiais militantes no PCB, e quase o dobro de simpatizantes. Chegaram a existir núcleos fortes e atuantes em vários navios de guerra onde havia discussões políticas intensas, “muitas reuniões” e que contavam com a presença de assistentes políticos. Sobre a questão do envio ou não de marinheiros para a Guerra da Coreia, o pesquisador indica que:

[...]. Naquela ocasião, houve inclusive uma deliberação do setor Antimil junto aos

8 Para Sodré (2010) a derrota da chapa nacionalista fazia parte de uma agenda em que o debilitamento de Getúlio Vargas e a mudança de governo passavam pelas eleições no Clube Militar. “Dominando os meios de comunicação, a imprensa, o rádio, a televisão, dominando a estrutura econômica e financeira e extensas áreas do poder, restava apenas extinguir o foco de resistência militar, completando tarefa que vinha sendo metodicamente executada” (SODRÉ, 2010, p. 396).

marujos para que os cruzadores Tamandaré e Barroso, recém-adquiridos e prontos a serem incorporados à armada, não seguissem dos Estados Unidos diretamente para o teatro de guerra coreano, como suspeitava-se acordado na época entre ambos os governos. Em face das fortes pressões internas contra a intervenção brasileira no conflito, abortou-se aquela possibilidade de implementação do acordo. Tudo indica que haveria uma sublevação organizada em contrário daquela ação, se prevalecesse o acordo denunciado para a intervenção. (CUNHA, 2002, p. 249)

Nelson Werneck Sodré indica que após a decisão tomada pelo governo brasileiro de não enviar uma força expedicionária para a Guerra da Coreia foi iniciado um processo de repressão aos militares nacionalistas e de esquerda, e que se voltou contra a tropa e os quartéis acabaram se modificando, tornando-se locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos e tudo com a conivência dos comandantes militares, e que também atingiu os subalternos e os praças da “ultraconservadora” Marinha de Guerra brasileira<sup>9</sup>. As violências contra os militares, portanto, acabaram se espalhando pelas três forças militares, especialmente as direcionadas contra os marinheiros ligados aos grupos de esquerda. Muitos desses relatos constam em processos cujas minutas chegaram ao conhecimento do público como forma de denúncia no documento *Depoimentos Esclarecedores sobre os Processos dos militares* publicados em dois volumes no ano de 1953.

Uma das hipóteses desse trabalho, é que, face a intervenção dos marinheiros, entre outros militares, decorre o posicionamento do governo brasileiro de não enviar uma força expedicionária para lutar no “teatro de guerra” coreano. Porém, a hipótese maior que orienta esta proposta de pesquisa é de que foi este grupo de marinheiros de esquerda pertencentes ao Antimil, que atuaram e desenvolveram sua ação política com a finalidade de impedir que o governo brasileiro enviasse uma força expedicionária para combater na Guerra da Coreia, tendo ainda, entre os demais objetivos da pesquisa:

Identificação de como os grupos de marinheiros de esquerda se mobilizaram politicamente no contexto do debate da Guerra da Coreia.

Investigar as torturas e violações aos direitos humanos cometidas contra os marinheiros punidos entre os anos de 1950-1953.

Nos últimos anos foram produzidos alguns trabalhos acadêmicos de boa qualidade que tem a Guerra da Coreia como objeto de pesquisa. Dentre esses, temos o da autoria de Jayme Lucio Fernandes Ribeiro (2003) que se debruçou sobre a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas” articulada pelo PCB no ano de 1950. O pesquisador indica que tal movimento foi gestado nos encontros dos “Partidários da Paz”, em Estocolmo – Suécia – e, seguiu a linha pacifista do Partido Comunista da União Soviética que buscou recolher assinaturas pelos militantes comunistas, divulgar documentos dirigidos à opinião pública, aos governos nacionais e à Organização das Nações Unidas. Ribeiro procurou demonstrar que, mesmo na ilegalidade, os

---

9 Paulo Ribeiro da Cunha (2002) aponta que cerca de 1000 militares chegaram a ser presos e, muitos deles, expulsos. Maurício Gomes da Silva (2009) informa com base em entrevistas concedidas por ex-militares que a repressão aos militares se acentuou em 1952.

comunistas brasileiros, se articularam e viabilizaram a participação de grupos sociais na campanha pacifista<sup>10</sup>.

Um outro estudo acadêmico de grande envergadura foi a Tese de Doutorado de Edvaldo Correa Sotana, que tratou da problemática da Guerra da Coreia em um dos capítulos de seu trabalho. As fontes de pesquisa utilizadas pelo autor foram os jornais da assim chamada “grande imprensa”, e na questão da atuação dos comunistas brasileiros, o pesquisador indica que os militantes do PCB organizaram atividades como as do:

[...] Manifesto pela Paz na cidade de São Paulo (1949), o movimento Nacional pela Proibição das Armas Atômicas (1950-1951), o Segundo Congresso Brasileiro pela Paz (1950), o Congresso do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, a coleta de assinaturas para a Campanha em Prol do Conselho Mundial pela Paz (1951 e 1952), o Movimento Carioca pela Paz (1953), a campanha contra a Guerra na Coréia e a atuação dos inúmeros Comitês Pró-paz, como o da cidade de Santos (1952). As atividades dos comunistas brasileiros na luta pela paz ganharam pouco espaço na imprensa escrita nacional (SOTANA, 2010, p. 226).

No entanto, apesar dessa “suposta invisibilidade” dos comunistas na imprensa brasileira, percebe-se que entre as poucas publicações que davam algum tipo de destaque para o envio ou não de marinheiros para o front coreano, estavam publicações comunistas como a Voz Operária, e um jornal clandestino que circulava nas embarcações da Marinha denominado de Marinha Vermelha<sup>11</sup>, sem maiores referências. Apesar da importância do tema para a compreensão da conjuntura do pós-guerra, percebe-se que há muito que ser levantado e pesquisado.

Inicialmente, tendo ainda a finalidade de justificar a proposta do Projeto de Pesquisa, nos amparamos na constatação de Antônio Carlos Peixoto sobre os estudos até então realizados sobre a temática dos fenômenos e das intervenções militares ao lado do papel político das Forças Armadas:

[...] os trabalhos que tendem a fornecer uma explicação da intervenção militar são poucos numerosos, sobretudo se considerarmos a importância e a complexidade do problema. Seu poder explicativo é desigual e sob muitos aspectos insuficientes. Nenhum deles conseguiu reunir elementos suficientes para esclarecer, simultaneamente, a natureza e as características intrínsecas da instituição militar brasileira, de seu desenvolvimento histórico e de suas manifestações políticas. Todos esses trabalhos indicam certamente a necessidade de maior abrangência nesse tipo de pesquisa, através do aprofundamento dos esquemas explicativos em referência a situações históricas concretas em que a intervenção militar, qualquer que tenha sido seu nível, aparece de forma nítida. [...] Na realidade carecemos de estudos históricos capazes de servir à elaboração de modelos mais consistentes. Isso aponta evidentemente para necessidade de desenvolver a pesquisa histórica, ainda que limitada a momentos e aspectos circunstanciais e parciais do fenômeno militar. (PEIXOTO, 1980, p. 27-28).

10      Dentre os trabalhos consultados, Ribeiro (2003) parece ter sido o único pesquisador que utilizou, até o momento em se redige esse projeto de pesquisa, os jornais comunistas como fonte de pesquisa.

11      11 Quem oferece maiores detalhes sobre essa publicação é Cunha (2002).

Este objeto de estudo procura resgatar a projeção política dos movimentos de grupos militares de esquerda nas Forças Armadas, em especial os marinheiros. Nesse sentido, ao analisar a produção de estudos acadêmicos, Antônio Carlos Peixoto ainda assinala que, o estudo das sucessivas intervenções militares e do papel das Forças Armadas como ator político, levou a construção de um certo número de modelos que procuraram apresentar quadros analíticos explicativos do fenômeno militar. O autor indica que, a despeito das diferentes contribuições, as interpretações realizadas “revela muitas lacunas; ao mesmo tempo, certas questões de primeira ordem foram deixadas de fora do conjunto da reflexão e do quadro analítico proposto” (PEIXOTO, 1980, p. 27).

Contemporaneamente, há várias visões de análise sobre as Forças Armadas, tendo 02 modelos bem consolidados teoricamente, os modelos ‘Institucional-organizacional’ e ‘Instrumental’<sup>12</sup>. O primeiro trabalha com a questão da autonomia da instituição militar, tese desenvolvida por Edmundo Campos Coelho no livro *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Ele apreende as Forças Armadas como uma esfera à parte da sociedade; pauta-a como objetivada mediante seus interesses. O referido autor considera o Exército, particularmente, como uma estrutura monolítica. Essa concepção afirma que os militares atuam de dentro para fora, ou seja, os militares teriam autonomia frente à sociedade. Essas características possibilitam a leitura de que não existe contradição política interna dos militares quando inseridos na política, demonstrando o caráter monolítico da Instituição, principalmente porque a tomada de decisão estaria articulada dentro da hierarquia.

O modelo ‘Instrumental’ é uma concepção que busca nos interesses de classes, grupos, forças políticas e correntes de opinião explicar as motivações das manifestações militares. Sendo assim, estes se apresentariam a partir de estímulos ou influências não somente internas, mas também externas às corporações, inclinando-se a alguns dos grupos ou identificando-se a um deles. Uma leitura à direita é operacionalizada pelo intelectual conservador norte-americano Samuel Huntington, em seu livro mais significativo *O soldado e o Estado*, publicado pela Biblioteca do Exército (Bibliex). Ele reconhece as Forças Armadas como um instrumento de modernização capitalista e de caráter reformador em países mediados por forças políticas oligárquicas. Outra interpretação à esquerda dessa concepção, é oferecida por Nelson Werneck Sodré, oficial do Exército e historiador marxista. Ele apreende as Forças Armadas como originárias da classe média e/ou pequena burguesia e que desenvolveram posições progressistas ao longo da história, conferindo-lhe uma peculiaridade democrática e nacionalista. A fundamentação maior dessa tese e referência de qualquer debate sobre as Forças Armadas apresentam-se em dois trabalhos: *Memórias de um soldado*

---

12 Há outras leituras que talvez sejam derivadas das concepções Institucional/Organizacional e Instrumental. Assim, a concepção notadamente defendida por Alfred Stepan afirma que os militares exercem o Poder Moderador. A variante defendida por Oliveiros Ferreiros desenvolve o conceito de Partido Fardado, fazendo analogia com a ação unificada da Instituição Militar; a Esquerda Militar e o Partido Militar.

e História Militar do Brasil.

Por essa razão, resolvemos trabalhar com o referencial teórico “Instrumental” para demonstrar que grupos de marinheiros de esquerda e muitos com atuação no Setor Militar do PCB, o Antimil, atuaram politicamente no interior da Marinha de Guerra do Brasil no sentido de evitar que o país enviasse combatentes para lutar no front de guerra coreano. Assim, esse é um dos pontos fundamentais para a proposta de realização da presente pesquisa, que também procura contribuir para a explicação dos fenômenos e das intervenções militares; bem como perceber os marinheiros como atores importantes dentro das Forças Armadas nos acontecimentos da Guerra da Coreia (1950-1953).

Quanto aos métodos a proposta de estudo, a pesquisa<sup>13</sup> ampara-se em fontes como documentos, processos jurídicos, memorandos, jornais, folhetos, relatórios; e o recurso à pesquisa de campo onde procuraremos entrevistar possíveis ex-militares, ex-marinheiros e pessoas que participaram direta ou indiretamente do contexto do debate sobre a participação brasileira na Guerra da Coreia (1950-1953). Quanto às formas de análise dos dados coletados, usaremos as ferramentas da análise do discurso.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra da Coreia (1950-1953) está inserida no rol dos grandes conflitos do século XX e que contou com oponentes militares, políticos e ideológicos que representavam visões antagônicas sobre a geopolítica mundial. Neste aspecto, compreender a dinâmica que envolveu a agenda de enviar uma força expedicionária brasileira para o conflito é decisivo para a compreensão das implicações resultantes que se inclinaram para repressões e violações aos direitos humanos mais elementares de seus atores políticos, os militares da Marinha brasileira que se inclinavam à esquerda do espectro ideológico.

### REFERÊNCIAS

ALVES, V. C. **Da Itália à Coreia**: decisões sobre ir ou não à guerra. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ALVES, V. C.; AMARAL, P. A. **O processo decisório em política externa**: a decisão de enviar tropas à Guerra da Coreia. XXVII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426284607\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426284607_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf). Acesso em 22/12/2017.

CUNHA, P. R. **Um olhar à esquerda**: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Militares e militância**: uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

13 Pesquisa documental.

DEPOIMENTOS esclarecedores (Sôbre as prisões de militares). Vol. I. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1952.

DEPOIMENTOS esclarecedores (Sôbre os processos dos militares). Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.

HOBBSAWN, E. **A era dos extremos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACMAHON, R. J. **Guerra fria**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

PEIXOTO, A. C. **O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)**. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1980.

\_\_\_\_\_. **Exército e política no Brasil**. Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1980.

RIBEIRO, J. F. **Os “Combatentes da Paz”**: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). 2003. 188f. Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANDLER, S. **A guerra da Coreia**: nem vencedores nem vencidos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

SILVA, M. G. **Foices, martelos e fuzis**: a militância comunista na casa dos sargentos do Brasil 1949-1950. 2009. 152f. Trabalho de Conclusão de Curso (História), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário Fundação Santo André, Santo André.

\_\_\_\_\_. **Militares Militantes**: a militância comunista na Casa do Sargento do Brasil e na Casa do Sargento de São Paulo 1947-1952. 2017. 253f. Dissertação de Mestrado (Ciências Humanas e Sociais), Universidade Federal do ABC, Santo André.

SODRÉ, N. W. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOLANA, E. C. **A paz sob suspeita – representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953**. 2010. 272f. Tese de Doutorado (História), faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis.

VIZENTINI, P. G. F. **“A guerra fria”**. In: O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha (Orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 195-225. (O século XX; v. 2).

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos** - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **ORCID:** [orcid.org/0000-0002-5472-8879](https://orcid.org/0000-0002-5472-8879). E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-442-9

